

## ORÇAMENTO

## Corte até em verba de câncer

Para manter acordos políticos e o "orçamento secreto", governo reduz em 60% recursos destinados à saúde no próximo ano

» RAFAELA GONÇALVES

Para manter acordos políticos, por meio dos R\$ 19,4 bilhões reservados para o orçamento secreto, o governo quer sacrificar 60% das verbas destinadas à saúde no próximo ano. Um dos cortes expressivos, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2023, enviado para o Congresso, é uma redução direta de 45% nos recursos destinados a prevenção e controle do câncer. Sendo historicamente a segunda doença que mais mata no país, a verba passará de R\$ 175 milhões, neste ano, para R\$ 97 milhões em 2023, caso o projeto seja aprovado sem mudanças.

Além do controle do câncer, o governo reduziu a reserva de dinheiro público para incrementar a estrutura de hospitais e ambulatórios especializados que fazem parte de redes de outros três grupos considerados estratégicos. A Rede Cegonha, focada em gestantes e bebês; a Rede de Atenção Psicossocial — Raps, para a dependentes de drogas e portadores de transtornos mentais; e a Rede de Cuidados a Pessoas com Deficiência, voltada para reabilitação.

Para a economista e professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carla Beni, o teto de gastos está em segundo plano. "O limite de teto de gastos está fixado em lei de acordo com as despesas na intensidade da inflação. Esse corte está mais relacionado ao orçamento secreto do que em manter a linha do teto, e isso é um feito único. Nunca observamos um corte tão radical na pasta de saúde como esse. Ou a peça orçamentária é de ficção e vai ter que ser consertada no ano que vem ou teremos um levante social com uma quantidade enorme de problemas", avaliou.

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



UTI de hospital público no DF: projeto de lei diminui volume de recursos para melhorar a estrutura de atendimento da população

"O que eu estou enxergando é um desastre homogêneo, que vai acontecer na saúde e que está acontecendo em outras áreas também. Essa redução de recursos vai destruir o pouco dos programas que estavam funcionando", disse o médico sanitário Gonzalo Vecina, fundador da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "É impressionante a capacidade destrutiva desses cortes para manter funcionando o orçamento secreto, que ninguém sabe para o que serve. É difícil sobreviver

a essas realocações de recursos feitas de forma tão improvisada", acrescentou.

O projeto compromete, além das verbas para investimento, programas de atendimento direto, como o Farmácia Popular, que de acordo com a proposta pode ter corte de 59%, com orçamento passando de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 1 bilhão. O programa fornece medicamentos para asma, hipertensão e diabetes, entre outros, assim como fraldas geriátricas. Já o Mais Médicos e o Médicos pelo Brasil

devem perder metade dos recursos, passando de R\$ 2,96 bilhões para R\$ 1,46 bilhão.

Segundo o presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Walter Jorge João, a medida prejudicará os cerca de 21 milhões de brasileiros atendidos pelo programa com medicamentos gratuitos ou subsidiados e restringirá o acesso para novos usuários. "As despesas com medicamentos consomem um terço do orçamento das famílias brasileiras. Por isso, o programa Farmácia Popular

representa uma iniciativa importante de garantia do acesso, especialmente, neste momento de pós-pandemia, em que 20,2 milhões dependem de subsídios governamentais para sua sobrevivência", afirmou.

Para otimizar gastos, João defende que, ao invés de cortar, o governo deveria aperfeiçoar a Farmácia Popular visando a prevenção. "Por meio da inserção de serviços como o monitoramento da terapêutica, acompanhamento dos pacientes assistidos, inserção dos consultórios



**Nunca observamos um corte tão radical na pasta de saúde como esse. Ou a peça orçamentária é de ficção e vai ter que ser consertada ou teremos um levante social com uma quantidade enorme de problemas"**

**Carla Beni,**  
professora da FGV

farmacêuticos nas farmácias. Porque melhor do que tratar internação e sequelas em decorrência de uma doença é prevenir que ela ocorra", disse.

## Análise no Congresso

De acordo com a deputada federal Carmen Zanotto (Cidadania-SC), relatora da proposta que estabeleceu o piso de enfermagem, não há como a Ploa ser aprovada no Congresso promovendo estes cortes tão expressivos na saúde. "Vamos ampliar a discussão na Comissão Mista de Orçamento. É lei ter um valor mínimo aplicado na saúde e, com certeza, esse orçamento será ampliado por meio de emendas", declarou.

Em nota, o Ministério da Saúde disse que está "atento às necessidades orçamentárias e buscará, em diálogo com o Congresso Nacional, as adequações necessárias na proposta orçamentária para 2023".

## ENFERMAGEM

## Emenda para pagar piso salarial

» MICHELLE PORTELA

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da minoria no Senado, disse que conseguiu reunir o número mínimo de 27 assinaturas para a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para remanejar recursos das emendas de relator ao Orçamento

da União para custear o pagamento do piso salarial da enfermagem. Chamadas de RP9, as emendas do relator são também conhecidas como orçamento secreto. Na última semana, enfermeiros de todo o país iniciaram um movimento contra a suspensão do piso da categoria, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com o senador, o valor a ser remanejado supera R\$ 10 bilhões — cifra próxima ao impacto que o piso teria nas finanças das prefeituras, conforme cálculos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apresentados ao STF. O montante também beneficiaria hospitais filantrópicos, como casas de misericórdia, santas

casas e outras entidades sem fins lucrativos. Por se tratar de um remanejamento de recursos, a PEC não tem impacto fiscal.

Prates afirmou que a proposta torna mais transparente os repasses das emendas do relator. "Defendemos que esses recursos sejam empregados de forma mais eficiente, mais eficaz, mais justa se forem concentrados na valorização de profissionais saúde. A gente sabe que as emendas de relator não atendem a critérios

de distribuição objetivos, como, por exemplo, a questão populacional, as necessidades realmente dispersas pelo Brasil. A aplicação desses recursos de formar arbitrária não atende aos objetivos do SUS, servindo meramente a fins políticos e paroquiais mesmo", disse o senador.

Por sua vez, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assegurou que terão prioridade de votação, na semana seguinte às eleições, todos os projetos que

podem permitir o pagamento do piso salarial da enfermagem. Além dos recursos da emenda do relator, também estão na lista o PLP 44/2022, que remaneja recursos destinados ao combate à pandemia de covid 19 para o pagamento do piso; projeto lei que trata de impostos da atualização patrimonial e repatriação de bens no exterior; e proposta de repasses direto da União para hospitais filantrópicos e santas casas.

## Entrevista — Jorge Henrique de Souza — presidente do SindEnfermeiro-DF

## "Mobilização não tem volta"

À frente das mobilizações em defesa do piso salarial nacional da categoria, o presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiro), Jorge Henrique de Souza, é favorável à radicalização em busca de um movimento grevista até que a Lei nº 14.314/2022 passe a vigorar.

A nova lei, sancionada neste ano pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) após ser debatida e aprovada no Congresso Nacional, foi suspensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.222, movida pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), com apoio de outras entidades que representam hospitais privados e filantrópicos, além de planos de saúde.

Na decisão, já referendada pelos demais ministros do Supremo, Barroso deu prazo de 60 dias para que União e outros entes públicos e privados se manifestem no processo, inclusive apontando fontes de recursos para bancar o piso. Insatisfeitos

com a decisão, os enfermeiros dispararam paralisações em diversas capitais e estão construindo agendas locais para manter ativa a rede de comunicação e mobilização criada para, primeiramente, aprovar a matéria no Legislativo.

Agora, o grupo está pronto para avançar na pauta de reivindicações, conforme explica Jorge Henrique, com maior capacidade de organização em torno de uma identidade política para a enfermagem brasileira.

## Qual sua avaliação da disputa em torno do piso da enfermagem?

Não existe mais uma possibilidade de inflexão em relação à aplicação do piso salarial. A medida cautelar que suspendeu a implementação do piso gerou uma insatisfação muito grande da categoria. Por isso, desde 4 de setembro, estamos realizando manifestações, paralisações e mobilizações nas redes sociais. A categoria entendeu que não tem como recuar mais

Arquivo pessoal



e tem consciência, também, de que os projetos que apontam as fontes de custeio só serão discutidos por senadores e deputados com muita pressão nas ruas. Avaliamos, portanto, que as mobilizações têm impactado positivamente o Legislativo, resultando na reunião do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com o ministro Luís Roberto Barroso. Esta semana, tivemos também a reunião do colégio de líderes do Senado para discutir quais serão os projetos apresentados para custear o piso.

## A médio prazo, o que a experiência de defesa do piso salarial trouxe de conquistas para os trabalhadores da enfermagem?

O amadurecimento político da categoria e aproximação dos profissionais ao sindicato. A luta pela valorização, de alguma forma, expressa o sofrimento de milhões de profissionais que desenvolvem um trabalho complexo de assistência à saúde. Então, essa luta pelo reconhecimento de trabalhadores que salvaram vidas nas UTIs e nos prontos socorros, durante a pandemia, e que garantiram a

imunização da população.

No último período, de uma forma geral, os profissionais não possuíam uma boa impressão dos sindicatos, mas, hoje, podemos dizer, com muita tranquilidade, que cumprimos um importante papel de mobilizar a enfermagem e de negociar, com os três poderes, as pautas que lhe são de interesse.

## Essa visão é compartilhada em todo o país?

De um modo geral, sim. Há sempre uma expectativa de que as entidades de classe respondam aos

desafios sobre a aplicação do piso salarial e isso é um feedback positivo da categoria. Isso não quer dizer que a categoria espera passivamente, mas que ela faz uma cobrança esperando uma resposta. Têm muitos profissionais se auto organizando nos seus locais de trabalho, realizando atos nas próprias unidades, dialogando com a população, mobilizando as redes sociais, etc. Esperamos que, nos próximos dias, o Congresso e o Executivo apresentem os projetos para fonte de custeio. Então, as expectativas são as mais otimistas possíveis. O Congresso fez um compromisso com a categoria. Uma omissão, neste momento, seria negativa para os parlamentares, principalmente por conta das eleições. Contudo, temos ciência de que esse debate irá se estender após a eleição.

## O senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, se mostrou engajado na disputa, uma vez que a matéria tramitou durante o mandato dele. Qual a sua avaliação da atuação do senador?

Desde o início, ele mostrou compromisso com a enfermagem e cumpriu com a promessa de pautar e articular a votação do piso salarial. Devido ao reconhecimento de uma categoria que tem muita importância para a saúde pública no Brasil. (MP)